ASSEMBLÉIA informa

Nº 1878 – 28/novembro/2000 – terça-feira

PAINEL

Seminário Legislativo

Educadores e especialistas debatem Estatuto da Criança e do Adolescente

O Seminário Legislativo "Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Avanços, Desafios e Perspectivas", aberto ontem à noite, prossegue hoje, às 8 horas, com painel sobre o tema "A criança e o adolescente: violência e segurança". Os expositores serão o secretário adjunto de Direitos Humanos, José Francisco da Silva; Ariosvaldo Campos Pires, presidente do Conselho Nacional Penitenciário e de Política Criminal; Mário Volpi, consultor do Unicef; e Geraldo Claret Arantes, juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Capital. Às 10h30, será debatido o tema "A família: sobrevivência e trabalho infanto-juvenil", com a participação de Elvira Miriam Veloso Melo Consedey, coordenadora do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente; Maria Tereza Nunes Fonseca, do Programa de Família da Secretaria de Desenvolvimento Social da PBH; e Rosângela Ramos de Freitas, professora de Psicologia Social da Universidade de Guarulhos/SP. A partir das 14 horas, haverá reunião dos grupos de trabalho.

A cobertura completa sobre a abertura do Seminário, quando foi discutido o tema "Lei Orgânica de Assistência Social, Conselhos, Fundo Estadual e Fundos Municipais", será publicada na edição de amanhã do *Assembléia Informa*.

Rodrigo Dias

Cerca de 800 pessoas inscreveram-se para participar do Seminário Legislativo promovido pela Assembléia com o apoio de 25 entidades

O Coral Cariúnas, organizado pela Sociedade Artística Mirim de Belo Horizonte, apresentou-se na abertura do Seminário, ontem à noite

Alarme do Edifício Tiradentes

A Coordenação de Orientação e Segurança informa que hoje, após as 20 horas, será feito um trabalho de manutenção preventiva do sistema de alarme do Edifício Tiradentes, tendo em vista a queda de raio durante a chuva de domingo último. Com isso, as sirenes serão ativadas, podendo tocar várias vezes

Cooperativas de trabalho dividem opiniões em Debate Público (Páginas 3 a 6)

Reunião Especial homenageia Sindicato dos Médicos (Página 2)

PLENÁRIO

Reunião Especial

Assembléia Legislativa homenageia os 30 anos do Sindicato dos Médicos

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais completou 30 anos de fundação e foi homenageado pela Assembléia Legislativa, em solenidade realizada na última sexta-feira, com a presença de diversos deputados, diretores, sindicalistas e funcionários da entidade.

O deputado Edson Rezende (PSB), autor do requerimento que deu origem à homenagem, saudou a entidade lembrando "a luta das instituições médicas por um cenário mais justo e universal na área de saúde, não só para os médicos, mas, principalmente, para o grande contingente de usuários, já que não é possível a disjunção entre os interesses da maioria da população e os interesses da categoria médica".

Na condição de médico e de membro da Comissão de Saúde, Edson Rezende falou, ainda, sobre o "grande valor do Sindicato não só como entidade de classe, mas, também, como parte da sociedade civil organizada que luta, permanentemente, para que haja justiça social, tomando posições e iniciativas que o identificam junto às entidades progressistas que fizeram a história da redemocratização deste País".

Valorização – Falando em nome da Presidência da Assembléia, a deputada Elaine Matozinhos (PSB) lembrou que o Parlamento mineiro sempre valorizou o legítimo movimento sindical, por saber da sua importância. "Não iríamos nos omitir, portanto, quando o Sindicato dos Médicos completa 30 anos de fundação, motivo justo e auspicioso da presente reunião", afirmou.

Homenagem foi uma iniciativa do deputado Edson Rezende (PSB)

A deputada destacou a importância que o ex-presidente da República e médico Juscelino Kubitschek deu ao binômio educação e saúde em sua gestão, por entender, "como bom mineiro", que era preciso assegurar a saúde e proporcionar educação ao povo, como base essencial para o processo desenvolvimentista. Ela enfatizou que Minas Gerais sempre foi um celeiro de grandes médicos, e que é gratificante verificar que muitos deles emprestam e emprestaram seu concurso à Assembléia Legislativa.

Ganância capitalista

O presidente do Sindicato, Ricardo Menezes Macedo, agradeceu a homenagem lembrando a participação da entidade na luta contra a ditadura, no movimento da anistia, das "diretas-já" e no movimento da Constituinte. Destacou a luta dos sindicalistas contra a perversidade do atual sistema mundial, onde os valores humanos são relegados pela força do fator predominante do capital. Para ele, "o deus do mercado quer impor ao médico a dura realidade, segundo a qual o dinheiro é mais importante do que o paciente".

Macedo conclamou os profissionais de Medicina a cerrarem fileiras contra essa perversidade, para impedir que toda experiência acumulada pela humanidade ao longo dos anos seja dominada pela ganância capitalista.

Presenças

Compuseram a Mesa, além da deputada Elaine Matozinhos (PSB), o presidente do Sindicato dos Médicos, Ricardo Menezes Macedo; a vereadora Jô Morais, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; a representante da Fhemig, Mônica Martins Maia; o presidente da Coordenação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais, Renato Barros; e o deputado Edson Rezende (PSB).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

MESA DA ASSEMBLÉIA

Deputado Anderson Adauto
Presidente
Deputado José Braga
1º-Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo
2º-Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo
1º-Secretário
Deputado Gil Pereira
2º-Secretário

SECRETARIA

João Franco Filho
Assessor Executivo de Planejamento e Controle
Sérgio Barcelos
Diretor-Geral

ASSEMBLÉIA informa

Editado pela Diretoria de Informação e Comunicação da ALEMG
Diretor: Ramiro Batista de Abreu; Responsável pela Área de Comunicação Social: Lúcio Perez (jornalista - Rg.MTb 3.552/MG); Coordenação de Jornalismo: Francisco de Morais Mendes; Coordenação de Comunicação Visual: Joana Nascimento; Edição: Jorge Pôssa; Diagramação: Mauro Lúcio de Paula; Produção: Área de Comunicação Social; Impressão/acabamento: Área de Serviços Gerais da Diretoria Administrativa e Financeira

Se você tem críticas e sugestões, fale com o responsável pela Área de Comunicação Social (3290-7800)

Se você está com problemas de recebimento, fale com o chefe do Setram (3290-7766)

Endereço:
Rua Rodrigues Caldas, 30
CEP: 30190-921
Tel.: 3290-7800
Fax: 3290-7811 – BH/MG

Assembléia na Internet:
http://www.almg.gov.br

PAINEL

Debate Público

Cooperativas de trabalho geram polêmica em debate público

Marcelo Metzker

Debatedores divergiram sobre o papel cumprido pelas cooperativas

No Debate Público "Cooperativas de trabalho – solução para uma justa distribuição de renda", realizado ontem no Teatro, foram feitas críticas às cooperativas de mão-de-obra por representantes da CUT, da CGT e do Ministério do Trabalho. Representantes da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) destacaram, por outro lado, a importância do cooperativismo e se queixaram dos encargos tributários e previdenciários incidentes em um sociedade cooperativa. O Debate Público foi uma promoção da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social da Assembléia.

Lúcio Guterres, da CUT/MG, afirmou que a maioria das cooperativas de trabalho tem servido ao capital, transformando o emprego em subemprego e salário digno em salário aviltado, além de criar um trabalhador de segunda categoria, sem direito a férias, décimo terceiro salário, FGTS ou seguro-desemprego. "A prática está razoavelmente contaminada; as cooperativas não respeitam os princípios do cooperativismo, e a lei virou letra morta", disse Guterres. O auditor fiscal do Trabalho Marcelo Gonçalves Campos falou em nome da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Ministério do Trabalho, afirmando que seria caricato em sua fala. Sugeriu que o tema do debate fosse sobre as cooperativas de mão-de-obra – deterioração e injusta distribuição de renda. Campos mostrou que, nos últimos cinco anos, a DRT tratou de centenas de cooperativas intermediadoras de mão-de-obra que, na prática, seriam, segundo ele, nada mais do que empresas de trabalho temporário que não garantem os direitos do trabalhador.

Marcelo Metzker

Lúcio Guterres, da CUT/MG

Prática de *dumping* trabalhista

"Essa prática deve ser torpedeada", afirmou Marcelo Campos, lembrando que as cooperativas de mão-de-obra "jogam lama" sobre os princípios do cooperativismo e praticam um *dumping* trabalhista. O auditor fiscal do Trabalho falou também sobre as modalidades de cooperativa de trabalho, que seriam as cooperativas de produção (em que os meios de produção estão nas mãos dos trabalhadores); as cooperativas de prestação de serviços (como as dos taxistas), umas e outras contando com o apoio do Ministério do Trabalho; e as cooperativas de mão-de-obra, que, de acordo com Marcelo Campos, têm sido um "verdadeiro tormento". Wagner Francisco Alves Pereira, da CGT, afirmou, ainda, que a discussão sobre as cooperativas de trabalho deveria aguardar o posicionamento do Congresso Nacional sobre o tema. "Não se pode ter uma cooperativa de trabalho com a deterioração da já pequena distribuição de renda", afirmou Pereira. Ele criticou também a flexibilização dos direitos trabalhistas – algo que já vem ocorrendo, de acordo com o sindicalista, desde a "era Collor".

Marcelo Metzker

Marcelo Gonçalves Campos, auditor fiscal do Trabalho

Presenças

Participaram do evento os deputados Ivo José (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; Paulo Piau (PFL), presidente da Frente Parlamentar Cooperativista (Frencoop); Mauro Lobo (PSDB), coordenador do Ramo de Trabalho da Frencoop, que coordenou parte do Debate Público; Adelmo Carneiro Leão (PT); Elaine Matozinhos (PSB); e João Paulo (PSD)

PAINEL

Debate Público (continuação)

Ocemg critica encargos tributários

Marcelo Metzker

Gustavo de Lima Arouca, assesso do Sescoop e da Ocemg

O assessor jurídico do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), Gustavo de Lima Arouca, falou, no Debate Público, sobre "Encargos tributários e previdenciários incidentes em uma sociedade cooperativa". Segundo ele, tanto Executivo quanto Legislativo têm desestimulado o cooperativismo no País. As críticas foram dirigidas, basicamente, ao nível federal de governo e aos encargos tributários incidentes sobre as cooperativas na administração Fernando Henrique Cardoso.

INSS – Arouca questionou, entre outras, a Lei 9.876/99, que trata do INSS. Ele informou que a lei criou uma contribuição, para o tomador de serviços, de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço, relativamente àqueles prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. Segundo a mesma norma, o cooperado deveria ser tratado como contribuinte individual, com alíquota de contribuição de 20% sobre o respectivo salário de contribuição. "É o cooperado que sofre essa incidência; ele terá que diminuir o custo de seu trabalho e negociar melhor. Os 15% ele também paga", afirmou. Arouca citou também lei municipal de Belo Horizonte que trata do ISSQN, tributando sociedades cooperativas. Segundo ele, o ISSQN deveria ser pago apenas por autônomos e empresas. "E cooperativa não é empresa, pois não tem lucro", disse.

Arouca questionou, ainda, mudança em lei complementar feita por meio de medida provisória – algo que está sendo contestado em juízo. Na avaliação do assessor jurídico, uma medida provisória não pode revogar uma lei complementar, cujo *status* é superior. Segundo ele, o único objetivo do governo foi aumentar, simplesmente, a arrecadação relativa às cooperativas.

Ramo do trabalho é o que mais cresce

Gustavo Arouca falou também sobre a legislação cooperativista, citando o artigo 3º da Lei 5.764/71. Segundo a norma, celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro. Ele também falou sobre as cooperativas de trabalho, informando que elas têm, como ato cooperativo, a busca de postos de trabalho para o cooperado. Luiz Gonzaga Viana Lage, da Ocemg, defendeu também as cooperativas de trabalho, afirmando que esse é o ramo que mais cresce no segmento. Acrescentou que as cooperativas irregulares serão cassadas.

Visão jurídica – Paulo Roberto Sifuentes Costa, juiz togado da 5ª turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)/3ª Região de Minas Gerais, afirmou, no Debate Público, que são injustas as proposições que vêem nas cooperativas portas abertas à fraude. Segundo ele, a prova de fraude deve ser "inequívoca e imune a qualquer dúvida"; se a cooperativa é formalizada e tem previsão legal, quem tem que provar a contratação fraudulenta é o trabalhador. "O ônus da prova é do reclamante", disse. O juiz falou também sobre a lei que rege o cooperativismo, lembrando que o cooperado deve ser "sócio e cliente". Ele lembrou, ainda, a flexibilização das contratações, afirmando que é irreversível, mas enfatizou que não é possível conceber, por outro lado, o comprometimento das conquistas sociais. Ele analisou também as formas de contratar via cooperativas ou sistemas alternativos, como parceria ou empreitada, afirmando que elas demonstram a deterioração do emprego, em função do momento.

PAINEL

Debate Público (continuação)

Deputados enfatizam importância do cooperativismo

O deputado Ivo José (PT), presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, abriu o Debate Público – cuja primeira parte foi coordenada pelo deputado Paulo Piau (PFL), presidente da Frencoop. Ivo José afirmou que as cooperativas de trabalho são um modo democrático de organizar um empreendimento, enfatizando o princípio da solidariedade. Ele mostrou que há 12 ramos de cooperativas no Brasil, e o que mais cresce é o da cooperativa de trabalho, atacando o desemprego estrutural. O deputado também enfatizou que a resistência dos que reclamam da formação de cooperativas fantasmas por aproveitadores não deve invalidar a iniciativa cooperativista. O deputado Paulo Piau (PFL) mostrou números, informando que 4% da população brasileira são cooperativadas; nos Estados Unidos, esse índice é de 35% e, na Europa, de 40%. Ele também comentou o trabalho da Frencoop, enfatizando que a entidade pretende dar o respaldo político para implantar o cooperativismo no Estado.

Procurador vê deterioração do emprego

O procurador do Ministério Público do Trabalho, Anemar Pereira Amaral, criticou a atuação das cooperativas em detrimento do emprego formal. Para ele, as cooperativas representam a precarização do emprego, ocasionando uma deterioração das condições de trabalho. Segundo as afirmações do procurador, onde há cooperativas desaparecem as conquistas sociais do trabalhador, tais como FGTS, INSS, férias, horas extras. Muitas empresas públicas ignoram a necessidade de realização de concurso público na contratação de trabalhadores, recorrendo a outros meios que não são completamente regulamentados, como as cooperativas.

As críticas feitas pelo promotor foram reiteradas por Manoel Frederico Viana, representante do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais, que citou como exemplo o caso da Caixa Econômica Federal, que estaria contratando outros trabalhadores em detrimento daqueles aprovados em concurso. Ele afirmou, ainda, que a legislação limita a participação na composição do capital da cooperativa a 20% para cada cooperado. O que se verifica na prática, segundo Manoel Viana, é que um grupo pequeno de pessoas detém a maioria das cotas, chegando a representar 95%, os outros 5% sobram para serem divididos entre os trabalhadores. Esses trabalhadores estariam servindo como instrumentos de manobras por não conhecerem como funciona o sistema de cooperativas. Essa afirmação foi refutada por Gustavo de Lima Arouca. Segundo ele, o capital investido na cooperativa não traz retorno para quem investe, uma vez que os lucros são obtidos em razão do trabalho realizado pelas pessoas que integram a cooperativa, e não pelo valor investido na mesma.

TCE condena participação em licitações

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Simão Pedro Toledo, apresentou três pareceres sobre consultas feitas ao Tribunal quanto à legalidade na contratação de cooperativas pelo Poder Público. Nos três casos, o Tribunal apresentou parecer contrário, alegando ilegalidade, pois as cooperativas não poderiam concorrer em igualdade de condições nos processos licitatórios e feriam os princípios de isonomia. Poderia haver prejuízos futuros ao Poder Público caso um cooperado contestasse judicialmente, reclamando algum direito trabalhista. O conselheiro concluiu que o Tribunal de Contas é contrário à participação das cooperativas em licitações, por considerar que as mesmas são passíveis de fraudes e apresentem diversas formas de burlar a legislação, embora reconheça que a Lei Federal 8.666 não apresente nenhuma restrição quanto à participação das cooperativas nas licitações.

Marcelo Metzker)

Simão Pedro Toledo, conselheiro do TCE

PAINEL

Debate Público (continuação)

Cooperativas como alternativa de emprego

O debate foi coordenado pelos deputados Ivo José (PT), Paulo Piau (PFL) e Mauro Lobo (PSDB)

O presidente da Federação de Cooperativa e de Trabalho de Minas Gerais (Fetrabalho-MG), Flávio Vale, disse que o que está sendo discutido é a reserva de mercado por parte das empresas, que temem a crescente participação das cooperativas. Ele afirmou também que a Lei das Licitações não veda a participação de cooperativas em concorrência pública.

O diretor-presidente da Cooperativa dos Micro Produtores e Trabalhadores Rurais (Cotrecap), Aguinel Chaves de Oliveira, disse que a cada dia a Cotrecap é mais procurada pelos trabalhadores de Capelinha, por ser uma alternativa de emprego no setor rural. Segundo ele, 18 mil associados são beneficiados por seguro contra invalidez e morte, além de assistência médica para toda família do cooperado. Para associar-se é cobrado R$ 1,00 de inscrição e 2% da produção é destinada à cooperativa. "Garanto que quem verificar nosso trabalho vai constatar a eficiência e a legalidade da Cotrecap", frisou.

Para a representante da Cooperativa de Surdos Padre Vicente de Paulo Burnier Penido (Copavi), Aparecida Rocha, a cooperativa foi uma alternativa a um mercado preconceituoso e sem alternativas de emprego. "Por meio da Copavi, conquistamos liberdade de escolha, boa remuneração e qualidade de vida", afirmou, ponderando que todo o funcionamento da instituição é decidido em assembléia. "Já mostramos para a fiscalização que o cooperativismo não é ilegal", ressaltou.

O representante da Federação das Unimeds, Jamil José Saliba, manifestou sua preocupação diante das críticas dos sindicalistas presentes e disse que as cooperativas surgiram como alternativa a um mercado ditador que reprime as iniciativas dos trabalhadores. "Dizer que cooperativa não paga imposto é balela, pois o associado já paga o imposto individualmente", frisou. Segundo ele, esse sistema de trabalho contribui com o governo, pois todo o rendimento do cooperado é informado pelas cooperativas às autoridades tributárias. Saliba ponderou, ainda, que as cooperativas realizam uma distribuição justa de rendimentos, uma vez que apenas um terço do capital pode pertencer à mesma pessoa. "As sobras são distribuídas de acordo com o volume de trabalho", informou.

ORDEM DO DIA

Reunião Ordinária (14 horas) e Reunião Extraordinária (20 horas)

PEC 27/99
Do deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre investidura em cargos e empregos públicos (obriga o Estado a dar posse aos candidatos aprovados em concurso público que não tiverem sido nomeados, ao final do prazo de validade e de sua prorrogação). Votação em 1° turno

PEC 22/99
Da deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao artigo 242, que dispõe sobre a política do turismo no Estado (determina que o Estado inclua o turismo como atividade educativa e promova a conscientização pública sobre o turismo). Votação em 2° turno

PEC 24/99
Do deputado Paulo Piau, que acrescenta dispositivos ao art. 161 e ao art. 199 da Constituição do Estado de Minas Gerais (prevê dotação de recursos à Uemg e à Unimontes). Votação em 2° turno

PEC 28/99
Do deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição do Estado (assegura o pagamento de férias-prêmio aos servidores exonerados que tenham adquirido tal direito). Votação em 2° turno

PEC 31/99
Do deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o parágrafo 3°ao artigo 163 da Constituição do Estado (exclui o pagamento de obrigações de pequeno valor, a serem definidas em lei, da ordem cronológica de apresentação dos precatórios – Inovação já introduzida na Constituição Federal). Votação em 2° turno

PRE 73/99
Da Assembléia, que altera dispositivos da Resolução 5.176, de 6/11/1997 (acrescenta dois suplentes na composição da Mesa e estabelece o mandato desses concomitante com o dos demais membros). Votação em 1° turno

PL 451/99
Do deputado Edson Rezende, que dispõe sobre o controle de organismos geneticamente modificados no Estado. Votação em 1° turno

PL 830/2000
Do deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. Votação em 1° turno

PL 1.165/2000
Do Bancada do PT, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Ipsemg-Codei. Votação em 1° turno

PLC 29/2000
Do deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei n° 6.624, de 18/7/75 (acrescenta às atribuições e competências da Polícia Florestal o policiamento ostensivo do meio rural). Discussão em 2° turno

PL 498/99
Da Comissão de Política Agropecuária, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e do uso alternativo do solo no Estado. Discussão em 1° turno

PL 923/2000
Do governador do Estado, que estabelece o processo de produção da cachaça de Minas. Discussão em 1° turno

PL 1.142/2000
Do deputado Agostinho Silveira, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocarem lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustível. Discussão em 1° turno

PL 1.143/2000
Do deputado Agostinho Silveira, que obriga o ente público e o concessionário ou permissionário de serviço público ou obra pública a notificar o município no caso em que menciona. Discussão em 1° turno

8 horas
- Seminário Legislativo "Dez Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – avanços, desafios e perspectivas" (Plenário) – Tema "A Criança e o adolescente: violência e segurança". Expositores: secretário adjunto de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos, José Francisco da Silva; presidente do Conselho Nacional Penitenciário e de Política Criminal, Ariosvaldo Campos Pires; consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Mário Volpi; e o juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Geraldo Claret Arantes. Coordenação dos debates: deputada Elbe Brandão (PSDB). Tema "A família: sobrevivência e trabalho infanto-juvenil". Expositores: coordenadora do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente, Elvira Miriam Veloso Consedey; coordenadora do Programa de Família da Secretaria de Desenvolvimento Social da PBH, Maria Tereza Nunes Fonseca; e a professora de Psicologia Social da Universidade Católica de Guarulhos/SP, Rosângela Ramos de Freitas. Coordenação dos debates, deputado Agostinho Silveira (PL)

9h30
- Comissão Especial do Ipem (Auditório) – ouvir os convidados: secretário de Ciência e Tecnologia, Antônio Salustiano Machado; secretário-adjunto Paulo Gazinelli; diretor Jurídico do Ipem, Hélio Campos Melo; ex-diretor-geral do Ipem, Wilson Braga de Oliveira; diretor Financeiro do Ipem, Gilson Soares de Matos; e o assessor de Planejamento e Coordenação do Ipem, Jefferson Amaral

10 horas
- Comissão de Defesa do Consumidor (Plenarinho IV) – audiência pública para discutir a prestação do serviço conhecido por "telessexo". Convidados: gerente de Normas Contábeis e Tributária da Embratel, Juarez Teixeira de Moraes; diretor de Mercado de Clientes Consumidores da Telemar, Ricardo Henrique de Mello Fonseca; coordenadora do Procon Municipal de Belo Horizonte, Eliane Maia Figueiredo; gerente do Escritório Regional da Anatel, Fernando Antônio França Pádua; superintendente Regional da Polícia Federal, Roberto Camargo Scalise; chefe da Divisão de Crimes Contra a Mulher e Proteção ao Idoso, Noeme Barros Guimarães Bernardes; e a delegada responsável pela Delegacia de Crimes Contra a Mulher, Olivia de Fátima Braga Melo. Discutir e votar parecer de 1° turno sobre o PL 1.191/2000, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados
- Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Plenarinho II) – discutir e votar proposições da Comissão
- Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Plenarinho III) – discutir e votar pareceres de 2° turno sobre os PLs 268/99, do deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza doação de imóvel ao município de Elói Mendes; 530/99, da deputada Maria Olívia, que autoriza redução de carga tributária do óleo diesel; 597/99, do deputado João Leite, que dispõe sobre encaminhamento de relatório semestral dos órgãos e atividades da administração direta e indireta dos Poderes do Estado, do TCE e do Ministério Público Estadual; e pareceres de 1° turno sobre os PLs 356/99, do deputado Luiz Fernando Faria, que cria a autarquia Detran; 926/2000, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva das redes pública e privada; 944/2000, do deputado Márcio Kangussu, que acrescenta dispositivo à Lei 6.763/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 1.016/2000, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza redução de carga tributária sobre aguardentes; 1.024/2000, do deputado Fábio Avelar, que obriga estabelecimentos comerciais a afixarem limitações ao recebimento de cheques; 1.046/2000, do deputado Ailton Vilela, que institui o programa de serviços disque-denúncia; 1.050/2000, do deputado

ORDEM DO DIA (continuação)

PL 1.172/2000
Do deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2° da Lei Estadual n° 12.644, de 17/10/97 (eleva de três para cinco anos o prazo findo o qual o imóvel objeto da autorização contida na referida lei, caso não se tenha cumprido o objetivo da doação, será revertido ao patrimônio da entidade doadora). Discussão em 1° turno

PL 188/99
Da deputada Maria José Haueisen, que determina a absorção da Fundação Educacional Nordeste Mineiro (Fenord) pela Uemg. Discussão em 2° turno

PL 487/99
Do deputado Agostinho Silveira, que determina a inclusão da disciplina Formação de Condutores de Veículos nos currículos do ensino médio. Discussão em 2° turno

PL 855/2000
Do deputado Marco Régis, que dispõe sobre a criação da Central de Controle de Preços de Medicamentos do Estado.
Discussão em 2° turno

PL 893/2000
Do deputado Gil Pereira, que cria a campanha estadual permanente de combate à violência nas instituições de ensino do Estado. Discussão em 2° turno

PL 945/2000
Do deputado Márcio Cunha, que altera a Lei n° 13.464, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico (Funpat). Discussão em 2° turno

ACONTECE HOJE

ACONTECE HOJE (continuação)

Ivo José, que cria o programa de incentivo à apicultura (Promel); 1.110/2000, da deputada Elbe Brandão, que estabelece controle e fiscalização das oficinas de ferro-velho; 1.133/2000, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o DER a assumir estrada que menciona; e 1.226/2000, do deputado Miguel Martini, que dispõe sobre o uso de aeronaves oficiais

11 horas

- Comissão de Saúde (Plenarinho II) – apurar denúncias formuladas por Geraldo Figueiredo Filho, a respeito de crimes contra a vida e saúde, sonegação fiscal, administração irregular e propaganda enganosa por parte da Clínica Sérgio Lisboa. Convidados: secretária de Saúde de Belo Horizonte, Maria do Socorro Alves Lemos; chefe de Vigilância Sanitária de Belo Horizonte, João Batista de Souza; Sérgio Lisboa; e Geraldo Figueiredo Filho. Discutir e votar parecer de 2º turno sobre o PL 955/2000, do deputado José Milton, que obriga os laboratórios a notificar os médicos de pacientes do SUS sobre resultados de exames que comprovem doenças com risco de morte para o paciente; e parecer de 1º turno sobre o PL 47/99, do deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre o controle e a fiscalização da produção, transporte, comercialização e distribuição de medicamentos

14 horas

- Reunião Ordinária (Plenário)
- Seminário Legislativo "Dez Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – avanços, desafios e perspectivas" (Teatro e Salão Nobre) – reuniões dos grupos de trabalho

14h30

- Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (Plenarinho III) – discutir e votar parecer de 1º turno sobre o PL 1.230/2000, do deputado Agostinho Silveira, que disciplina a aplicação de recursos previstos em programas e fundos destinados a assistir às populações carentes, a combater a miséria e a fome e a resgatar a cidadania
- Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Auditório) – debater o PL 1.052/2000, do deputado Luiz Tadeu Leite, que declara área de proteção ambiental a região situada nos municípios de Belo Horizonte, Ibirité, Brumadinho, Caeté, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. Convidados: prefeito de Rio Acima, Raimundo Cirilo da Silva; secretário-adjunto da Secretaria de Meio Ambiente de Rio Acima, Paulo Maciel Júnior; diretor da Hidrossistemas Engenharia de Recursos Hídricos, Sérgio Menin Teixeira de Souza; gerente da APA Sul e diretora de Normatização da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Paula Bax; superintendente da Central de Programas Multissetoriais, Benício de Assis Araújo; diretor Nacional para a Região Sudeste da Abes, José Nelson Almeida Machado; chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, Jairo Maio Borges; chefe da Divisão de Proteção e Controle de Mananciais da Região Metropolitana, Marília Belisário Bouchardet Tunes; coordenador do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa; e Francisco de Assis Barros, do Barros da Consultoria Cidadã
- Comissão Especial PEC 39/2000 (Plenarinho II) – emitir parecer sobre a PEC 39/2000, do deputado Antônio Júlio, que adapta a Constituição do Estado ao texto da Constituição da República, em decorrência das modificações introduzidas pela Emenda à Constituição 19
- Comissão de Redação (Plenarinho I) – discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final

15 horas

- Comissão de Turismo, Indústria e Comércio (Plenarinho II) – esclarecer a situação e o destino do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi). Convidados: secretário da Indústria e Comércio, Francisco José de Oliveira; secretário da Casa Civil, Henrique Hargreaves; presidente do Indi, Guilherme Machado Filho; presidente do BDMG, José Pedro de Oliveira; e o presidente da Cemig, Djalma Morais
- Comissão Especial PEC 26/99 (Plenarinho IV) – emitir parecer sobre a PEC 26/99, do deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 34 da Constituição do Estado (altera o número de servidores a serem liberados para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa de servidores públicos do Estado)

15h15

- Comissão Especial PEC 23/99 (Plenarinho III) – emitir parecer sobre a PEC 23/99, do deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao artigo 62 da Constituição do Estado (define como competência privativa da Assembléia autorizar referendo e convocar plebiscito)

15h30

- CPI das Licitações (Plenarinho II) – discutir e votar proposições da Comissão
- Comissão Especial PEC 19/99 (Plenarinho IV) – emitir parecer sobre a PEC 19/99, do deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado nos quais há referência ao Conselho Estadual de Educação (estabelece a vinculação do Conselho Estadual de Educação à Secretaria de Educação e suprime a exigência de aprovação, pela Assembléia Legislativa, dos nomes indicados para compor o Conselho)

16 horas

- Comissão Especial das Taxas (Plenarinho III) – debater, com representantes da Federaminas, Associação Comercial, CDL, Federação do Comércio, Conselho Regional de Contabilidade e Federação das CDLs, sobre a legislação mineira referente à cobrança de taxas e propor medidas visando sua reformulação

20 horas

- Reunião Extraordinária (Plenário)

NA TV

TV ASSEMBLÉIA

7h30 – Repórter Assembléia (reprise)
8h – Horário reservado à Câmara Municipal de Belo Horizonte
9h – Plenário (AO VIVO) – Seminário Legislativo: 10 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Avanços, Desafios e Perspectivas
13h15 – Repórter Assembléia (reprise)
14h15 – Plenário (AO VIVO) – Reunião Ordinária com pronunciamentos, discussão e votação de proposições
18h – Horário reservado à Câmara Municipal de Belo Horizonte
19h – Mídia e Poder (reprise) – Reapresentação do programa com a participação do editor chefe do jornal Hoje em Dia, Carlos Lindenberg
19h30 – Repórter Assembléia (AO VIVO) – Noticiário sobre o que acontece na Assembléia e repercussão dos principais fatos políticos do Estado
20h – Tribuna Livre (AO VIVO) – Repercussão dos principais fatos do dia na Assembléia Legislativa com a participação de parlamentares e/ou de representantes da sociedade civil
22h – Repórter Assembléia (reprise)
22h30 – Visão Parlamentar (reprise) – Entrevistas com deputados estaduais sobre assuntos da atual conjuntura
23h – Assembléia Debate (inédito) – A falta de incentivos às microempresas é o tema do debate de hoje
0h – Plenário (reprise) – Reunião Ordinária da tarde
1h30– Repórter Assembléia (reprise)
2h – Encerramento

Essa grade está sujeita a alterações